



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

| COMISSÃO DO ESPORTE                |                     |                   |             |
|------------------------------------|---------------------|-------------------|-------------|
| EVENTO: Audiência Pública          | REUNIÃO Nº: 0398/15 | DATA: 28/04/2015  |             |
| LOCAL: Plenário 4<br>das Comissões | INÍCIO: 14h38min    | TÉRMINO: 16h23min | PÁGINAS: 36 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FRANCISCO RADLER DE AQUINO NETO - Coordenador do Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico — LADETEC do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro — IQ-UFRJ.

MARCO AURELIO KLEIN - Secretário Nacional da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem — ABCD, do Ministério do Esporte.

SUMÁRIO

Debate sobre *doping* no esporte brasileiro; estudos e medidas *antidoping*; educação, fiscalização, exames e laboratórios; alternativas legislativas e controle governamental.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Boa tarde a todas e a todos.

Esta reunião de audiência pública da Comissão do Esporte está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 10, de 2015, de iniciativa do Deputado Arnaldo Jordy, e tem como objetivo debater o *doping* no esporte brasileiro e estudos e medidas de controle do *doping*: educação, fiscalização, exames e laboratórios, além de alternativas legislativas e controle governamental.

Informo a todos que o Sr. Eduardo Henrique De Rose, membro da Comissão Médica e Científica do Comitê Olímpico Internacional e membro do Comitê Executivo da Agência Mundial Antidopagem, foi convidado para esta audiência, mas por motivo de agenda não comparecerá. E não indicou representante.

Para dar início às apresentações, convido para sentar-se à mesa o Sr. Marco Aurelio Klein, Secretário Nacional da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), do Ministério do Esporte. *(Pausa.)*

Convido também o Sr. Francisco Radler de Aquino Neto, Coordenador do Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (LADETEC), do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IQ/UFRJ), que engloba outros laboratórios associados, tais como: Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD); Laboratório de Análise de Resíduos (LAB RES); Laboratório de Geoquímica Orgânica Molecular e Ambiental (LAGOA); Laboratório de Calibração (LABCAL); Laboratório de Preparação de Colunas Capilares e Cromatografia (LPCC); Laboratório de Análises Geológicas e Químicas (LAGEQUIM); Laboratório de Espectroscopia de Massas (LABEM); e Laboratório de Erros Inatos do Metabolismo (LBEIM).

Convido para conduzir os trabalhos desta reunião de audiência pública o proponente do requerimento de sua realização, o Deputado Arnaldo Jordy, a quem quero parabenizar pela aprovação do requerimento e pela audiência pública que ora se inicia.

Tenham todos um bom trabalho. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito boa tarde a todas e a todos os Deputados e Deputadas presentes. Outros Deputados devem estar chegando.



Agradeço ao nosso Presidente a abertura dos trabalhos. Agradeço a presença aos nossos convidados, o Sr. Marco Aurelio Klein, da ABCD, e o Dr. Francisco de Aquino, do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Lamento a ausência do outro convidado, que, como já disse o Presidente, não pôde estar presente. Na minha opinião, poderia ter enviado um representante, o que seria de grande valia para este debate, mas não o fez. Eu gostaria de registrar certa decepção com a ausência de representante da sua instituição.

Antes de passar às exposições, desejo informar as regras regimentais para condução dos trabalhos desta audiência pública.

O convidado disporá de 20 minutos para sua preleção, não podendo ser aparteado. Após as exposições, serão abertos os debates com os Deputados interessados em interpelar os palestrantes. E, eventualmente, como é de praxe nesta Casa, em audiências públicas, quebraremos um pouco o protocolo se houver alguma autoridade, personalidade ou entidade que também queria fazer alguma indagação, desde que o tempo assim o permita.

Será permitida réplica de qualquer participante que seja citado durante os debates.

Por fim, informo que a realização desta audiência pública foi aprovada com o intuito de nós da Comissão do Esporte, como é de nossa pertinência temática, apropriarmos-nos um pouco dos regramentos, dos marcos regulatórios dessa questão do *doping*, que está cada vez mais recorrente, não só no cenário nacional, mas também no cenário internacional. Isso, evidentemente, coloca em risco, de certa forma, do ponto de vista da ética, os resultados obtidos coletiva ou individualmente na prática esportiva. Há uma concorrência desleal, motivada por influências artificiais, de pessoas que não revelam apenas o talento e a eficácia dos treinamentos e da *expertise* que os esportes coletivos e individuais tendem a promover. Então, o objetivo é tomar pé da situação e quem sabe até colaborar, no sentido de produzir regras e legislações que possam ajudar nesse esforço que vemos de várias instituições para estabelecer um controle ético no uso voluntário ou involuntário de drogas que acabam caracterizando o *doping*.



Passo a palavra agora ao Sr. Francisco de Aquino Neto, do Instituto de Química da UFRJ, para fazer a sua exposição. Desde já, agradeço a S.Sa. a presença aqui.

**O SR. FRANCISCO RADLER DE AQUINO NETO** - Muito obrigado.

Começo agradecendo pela oportunidade de a UFRJ poder trazer para este nível de debate e discussão este tema já bem apresentado pelo Exmo. Sr. Deputado Arnaldo Jordy. Este é um tema muito importante para uma parcela substancial da nossa população, na atividade esportiva, e mesmo em esportes de lazer.

Hoje em dia, nós temos a dopagem permeando, inclusive, as nossas academias e outros centros, muitas vezes por problema mais de condução indevida dos nossos atletas pelos seus colegas e pela própria infraestrutura que os apoia.

A ideia é apresentar um pouco o que está sendo feito do ponto de vista do controle de dopagem, com o auxílio forte do Governo Federal, em especial do Ministério do Esporte, e da ABCD, aqui representada pelo Sr. Marco Aurelio Klein, que depois vai poder fazer as suas colocações também.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O Laboratório de Controle de Dopagem foi criado em 1989 para a Copa América de Futebol daquele ano e funcionou durante mais ou menos 25 anos, 10 deles acreditado tanto pelo Comitê Olímpico Internacional quanto pela Agência Mundial Antidopagem.

Infelizmente, a sofisticação e a criatividade dos fraudadores do sistema, do pessoal que começou a sofisticar os métodos de dopagem, exigiu um investimento muito grande por parte dos laboratórios para conseguir acompanhar essa evolução.

A Agência Mundial Antidopagem, que regula o sistema hoje em dia, fez um incremento nas suas exigências de qualidade da análise para poder mapear essas novas fraudes.

Na época, nosso laboratório infelizmente não tinha mais condições de acompanhar essa sofisticação nos controles que a própria WADA — World Anti-Doping Agency nos envia trimestralmente. Nós não conseguimos enxergar certas moléculas que estavam presentes. Isso resultou no que chamamos “falsos negativos”, quer dizer, os fraudadores estavam à frente da capacidade tecnológica do nosso laboratório. Com isso o laboratório perdeu a sua acreditação em 2013.



Nesse momento, o Governo Federal entendeu que havia a necessidade de um investimento maciço na atividade, principalmente em nome dos Jogos Olímpicos que viriam adiante e que precisariam necessariamente de um laboratório na cidade do Rio de Janeiro.

Com isso, por iniciativa da ABCD, entendendo-se que o laboratório era necessário para o Brasil e não necessariamente para o Rio de Janeiro ou para parte do esporte brasileiro, ele passou a se chamar Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem. Hoje em dia, então, ele é conhecido como LBCD no sistema.

Para que pudéssemos, então, recuperar a acreditação, uma das maiores exigências, vamos dizer assim, da WADA era que, de fato, tivéssemos instalações adequadas, já que o laboratório ocupava instalações muito acanhadas dentro da estrutura do Instituto de Química da UFRJ. Agora, nós vamos mostrar que estamos na finalização da construção do novo laboratório.

Era preciso incrementar a força de trabalho, uma vez que, naquela época, 97% da força de trabalho era terceirizada, quer dizer, era contratada com recursos próprios do laboratório. Com esse investimento do Governo Federal e, principalmente, do Ministério da Educação, foi possível, através de concursos, contratar os profissionais para passar a executar essas tarefas e poder partir, então, para o nosso processo de reacreditação.

Do ponto de vista de construção, a abordagem da UFRJ foi um pouco mais audaciosa, eu diria. Em vez de simplesmente construir um laboratório para os Jogos Olímpicos, eles entenderam que era hora de começar a construir o que eles chamam de Polo de Química da UFRJ — é esta área que estamos vendo aqui. E esse Polo de Química, então, pretende albergar todo o Instituto de Química da UFRJ, que, da mesma forma que o laboratório, estava em condições muito precárias nas suas instalações anteriores e continua nessa situação precária. Portanto, de fato, é essencial essa mudança, em função da qualidade do trabalho que tem de ser executado nessas instalações.

Temos ali o que nós chamamos de Bloco C do Polo de Química. É o bloco da primeira unidade desse Polo, que vai ter seis unidades desse tipo. A metade da direita, se nós dividirmos o prédio naquela coluna azul, constitui o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem, e a metade da esquerda abrange vários outros



laboratórios associados ao LADETEC, laboratórios também do Instituto de Química da UFRJ, mas que têm outras atividades.

A estratégia da Universidade que foi aceita tanto pelo Ministério do Esporte quanto pelo próprio Ministério da Educação era a de que um laboratório, em condições normais, obviamente não atenderia à demanda olímpica. Para atender à demanda olímpica, é preciso ter, mais ou menos, uma capacidade de atendimento dez vezes maior do que em condições normais.

Com isso, a estratégia foi construir esse bloco, já contendo outros laboratórios do Instituto de Química, que, durante os Jogos Olímpicos, passarão a agregar o que nós chamaríamos de Laboratório Olímpico. Enquanto metade é o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem da rotina anual, o prédio inteiro ficará dedicado ao trabalho dos Jogos Olímpicos, sem precisar de construção adicional.

Esta é uma vista mais próxima da fachada do prédio. A construção ainda está em fase de finalização, mas o laboratório, seguindo mais ou menos o cronograma colocado, está em condições operacionais. Quer dizer, estamos operacionais desde março, no que chamamos de Ala 2, a metade do prédio que comporta o LBCD. Pretende-se, até o final de junho, portanto, a partir do mês de julho, ocupar o prédio como um todo, já com a visão da preparação para os Jogos Olímpicos.

É interessante destacar na base do eslaide que, também por iniciativa do Governo Federal e, nesse caso, por uma estratégia da própria Casa Civil, na época, antecipou-se para 2014 a compra dos equipamentos necessários para os Jogos Olímpicos, além daqueles necessários para o funcionamento do laboratório. Com isso, praticamente 95% dos equipamentos dos Jogos Olímpicos já estão adquiridos e em fase de montagem nessas novas instalações.

Como eu mencionei, a parte de pessoal foi muito importante. Foram abertos concursos públicos tanto para professores quanto para os nossos servidores técnico-administrativos. Com isso, pôde-se aumentar o quantitativo do laboratório e fixá-lo, para perenizar essa atividade. E, por muita sorte nossa — também é preciso ter um pouco de sorte nessas coisas todas —, boa parte do nosso pessoal terceirizado conseguiu passar no concurso. São aqueles 17 que estão destacados ali em azul-turquesa. Esses conseguiram passar. E, para nós, como eu disse, foi uma sorte. São 25 anos de conhecimento acumulado no laboratório. Se os nossos



funcionários não passassem no concurso, perderíamos imediatamente todo esse conhecimento. E isso seria realmente um desastre. Por sorte, então, a maior parte está ali. Não foram todos. Alguns continuam ainda contratados de forma terceirizada, para que tenham tempo de passar o seu conhecimento para os novos funcionários que foram contratados, e assim acelerarmos o ritmo da nossa preparação para os Jogos Olímpicos.

Então, com o Laboratório no prédio novo, com a ampliação do pessoal, que está agora em fase intensa de qualificação, temos a colaboração dos demais laboratórios olímpicos. Não sei quantos dos senhores e das senhoras sabem que são apenas 32 laboratórios acreditados pela WADA no mundo inteiro. Mas a vantagem de sermos poucos é que acabamos sendo uma família, e aí há uma predisposição muito grande de auxílio entre os laboratórios. Com isso, todos esses novos funcionários que precisam de um treinamento acelerado, depois que receberam todo o treinamento e as possibilidades de conhecimento básico conosco dentro do laboratório, estão sendo agora enviados para esses laboratórios parceiros, a fim de ganhar mais proficiência e mais experiência.

Esses são os primeiros seis laboratórios que têm interagido mais conosco. Estão ali o de Londres, que sediou as Olimpíadas de 2012; na outra ponta, o de Moscou, que fez os Jogos Olímpicos de Inverno de 2014; o de Sidney, que fez os Jogos Olímpicos de 2000; e os outros têm também conhecimentos muito especializados, que são de fundamental importância para a nossa preparação para os Jogos Olímpicos.

Talvez valha a pena fazer um parêntesis importante aqui. Não sei se ficará muito técnico. Se ficar, basta balançar a cabeça que eu sigo em frente.

Quero mencionar que a WADA, quando acredita os laboratórios, ela acredita todos no mesmo patamar. Então, todos os laboratórios têm a mesma competência, e é sobre essa competência que o sistema se estabelece.

Por outro lado, ela entende que os atletas continuam desenvolvendo mecanismos de fraude. Por conta disso, ela incentiva que cada laboratório que tem certa vocação continue estendendo a sua capacidade de identificação de *doping* naquela sua vocação.



Então, cada um desses laboratórios tem uma vocação. Por exemplo, o de Londres é mais especializado em hormônio de crescimento; o de Seibersdorf é mais especializado na eritropoetina, que é o *doping* sanguíneo; o de Sidney é mais especializado em *doping* genético, que agora vai entrar na moda; e por aí vai.

Em razão disso, enviamos nosso pessoal a esses laboratórios, a fim de que aprendam o que ainda está em desenvolvimento nesses laboratórios, para ser aplicado pelo sistema. Isso é indispensável, porque o que o Comitê Olímpico exige é que o laboratório que vai fazer o controle dos Jogos Olímpicos use o que tiver de mais moderno dessa tecnologia de detecção de *doping*. Então, temos, de fato, que fazer tudo que os demais fazem. Para isso, serve a nossa acreditação. Mas, além disso, temos que fazer tudo aquilo que estão começando a fazer e está ainda em desenvolvimento no sistema.

Dentro desse treinamento, talvez um dos maiores investimentos deste ano seja nessa parte.

A evolução, então, desse processo já resultou, como está ali em verde, na aprovação — não é uma acreditação, mas é uma aprovação que foi feita em paralelo — para se analisar alguns parâmetros hematológicos que são aplicados no que agora também está sendo muito usado no sistema de controle: o Passaporte Biológico dos Atletas.

Então, essa aprovação já veio pela Agência Mundial Antidopagem. Da mesma forma, é pré-requisito da Agência Mundial Antidopagem a acreditação do laboratório segundo a norma ISO 17025. Trata-se de uma norma rigorosíssima, do ponto de vista de química analítica, vamos dizer assim, e no Brasil essa acreditação é dada pela Diretoria de Acreditação do INMETRO — Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. E ela foi concedida agora no mês de abril.

Então, os pré-requisitos estão todos colocados para a nossa aspiração a nossa reacreditação e estão aí em vermelho. Na verdade, ela consistiu de cinco rodadas de avaliação e três auditorias, sendo que, por conta da necessidade de estarmos prontos para os eventos-teste dos Jogos Olímpicos que começam em grande intensidade agora no meio do ano, havia essa limitação de isso ter que ser feito em 7 meses. Para se ter uma ideia, o usual dentro do processo de acreditação da WADA é que não se levem menos de 2 anos a 2 anos e meio nesse processo.





Alguns laboratórios chegaram a levar 3 ou 4 anos nisso. Nós tínhamos só 7 meses para cumprir todo esse protocolo.

Para ilustrar, aqui está o Certificado de Acreditação pela WADA para o ABP, o Passaporte Biológico do Atleta, e a certificação do INMETRO segundo requisitos da ISO 17025.

Então, depois que as dificuldades foram, graças a Deus, bem superadas, tivemos que começar no novo laboratório — era uma exigência da WADA —, de qualquer maneira, porque só tínhamos 7 meses pela frente. Não daria para esperar que o laboratório ficasse pronto adequadamente para começar o processo, senão não chegaríamos a termo antes dos Jogos Olímpicos.

Assim, em final de agosto, por conta de um acordo feito com a WADA, com uma interveniência importante da ABCD na costura dessa negociação, desse entendimento, considerou-se o laboratório internamente adequado para a nossa capacitação olímpica, uma vez que havia apenas outras coisas terminando no prédio, e isso não seria um impedimento. Vocês veem ali um jaú com o pessoal trabalhando. Aqui temos a equipe do laboratório, as duas auditoras do INMETRO e os quatro auditores da WADA que fizeram essa primeira avaliação do Laboratório. Isso, então, foi em agosto. Em setembro, houve um novo conjunto de amostras de teste que foi analisado. Em novembro, um terceiro conjunto, novamente com a auditoria da WADA e o acompanhamento das auditoras do INMETRO. Em janeiro, novo conjunto de amostras de avaliação. E, em março, finalmente, a quinta etapa, com amostra de avaliação e auditoria de novo, para então encerrar esse processo.

Todo o processo mesmo se encerrou no final de março, quando algumas outras negociações aconteceram, para que eles pudessem encaminhar o resultado de todo esse processo para o Comitê Executivo da WADA em 13 de abril. Na verdade, demoraram um pouquinho mais. Acho que eles encaminharam lá pelo dia 17 de abril. É claro que oficialmente não se sabe qual foi a recomendação que a área técnica da WADA fez para o Comitê Executivo, que se reunirá no dia 13 de maio para decidir se reacredita ou não o laboratório. É óbvio que imaginamos que, com tudo o que foi feito, a recomendação deve ser positiva, mas é preciso aguardar o dia 13 de maio para que a nossa acreditação também possa acontecer.



Passada essa primeira fase de reacreditação, ainda ficam alguns desafios pela frente. Um deles, que está sendo muito bem conduzido tanto pela Casa Civil da Presidência da República quanto pela ABCD, são as negociações com a ANVISA, do ponto de vista de simplificar a obtenção de padrões para as nossas análises.

Para vocês terem uma ideia, o laboratório central da Polícia Federal de Brasília não consegue importar ou demora muito tempo para importar certos padrões que ele precisa para as análises forenses da Polícia Federal brasileira. E não é culpa da ANVISA. Esse é o problema. A culpa é de uma legislação internacional muito antiga. A legislação foi estabelecida há 60 anos, quando, para se realizar uma análise, já que os métodos eram muito pobrezinhos, precisava-se de uma quantidade grande de substâncias. Para se analisar cocaína, era preciso 1 grama, 2 gramas, 3 gramas de cocaína. Isso era proibido, porque, afinal de contas, com 2 gramas ou 3 gramas de cocaína, podiam ser feitas outras coisas além dessas análises. Hoje em dia não é assim. Atualmente, nós analisamos picograma de substância no organismo do atleta. Para isso, precisamos de padrão de 1 miligrama. Então, o que o laboratório precisa comprar é 1 miligrama. É uma quantidade que, se você colocar no frasquinho, você não enxerga. Então, ela não serve para nada mais do que funcionar como padrão.

É nessa linha que esperamos que o Governo brasileiro comece a interagir na mudança dessa legislação que não cabe mais. Se vamos comprar 1 miligrama, não precisamos de uma anuência da ANVISA e de um organismo internacional para ter 1 miligrama dentro do meu laboratório, ainda mais pelo preço que ela custa.

Então, essa é uma briga importante, porque sem os padrões em dia não temos a chancela do sistema para poder emitir o nosso laudo positivo. Isso é uma limitação enorme para o funcionamento do laboratório.

Do ponto de vista desses desafios, então, temos agora algo que de certa forma assombra o Brasil e em especial o laboratório, que é a nossa sustentabilidade em 2015 e 2016.

Nós todos sabemos que estamos numa crise financeira. Precisamos todos colaborar no sentido de cortar despesas, não é isso? Mas os Jogos Olímpicos criaram na verdade um contraditório terrível aqui. A rigor, podemos de repente adiar o término da uma hidrelétrica. É um problema para o País? Sim. Vamos perder



dinheiro? Vamos. Mas podemos fazê-lo. O problema é que o Brasil não tem musculatura para dizer ao Comitê Olímpico Internacional que ele quer que os Jogos Olímpicos agora só sejam feitos em 2017 ou em 2018. Isso não dá. Eles serão em 2016. Não há como fugir de agosto de 2016.

Então, infelizmente, tudo o que teria que ser investido até lá tem que ser investido agora, a despeito desse enorme problema que temos hoje de colaborar com esse esforço fiscal do Governo. Esse é um problema que tem que ser equacionado e que está em andamento.

Fora isso, há outra iniciativa também da ABCD muito importante: reconhecer que na verdade a logística dos Jogos Olímpicos é muito complicada, porque ela ocorre a cada 4 anos. Jogos Olímpicos de Verão nós temos a cada 4 anos. Então, se quisermos absorver algum conhecimento que foi feito nessa área, teremos que nos reportar a 2012, aos Jogos de Londres. E deveríamos poder nos apropriar desse conhecimento aqui para a nossa programação.

Foi costurada pela ABCD a possibilidade de um contrato com a equipe que fez os Jogos de Londres, que construiu o laboratório, realizou as análises e tem toda a logística e conhece todos os problemas de um laboratório relacionados à realização de Jogos Olímpicos. Por isso, um contrato deve ser assinado muito em breve, garantindo a transferência do seu *know-how* para nós.

Como eu mencionei, a dimensão dos Jogos Olímpicos é no mínimo dez vezes maior do que a da rotina.

E é interessante mencionar aquela última linha da apresentação: “O legado pós-Jogos Olímpicos de 2016”. Acho que uma estratégia muito bem estruturada pelo Ministério do Esporte e pela Casa Civil foi a decisão de, em vez de fazer como Londres, por exemplo, que construiu um laboratório, equipou-o com equipamentos todos adquiridos por meio de *leasing* que, ao término dos Jogos, foram mandados de volta e fecharam o laboratório — quer dizer, houve zero de legado olímpico —, a proposta aqui foi de construir um laboratório que permanecerá na UFRJ. E, em relação a todo o excedente de investimento, de equipamentos e coisas do gênero que se fizerem no laboratório e que não serão necessários depois dos Jogos, porque o laboratório vai voltar ao seu trabalho de rotina normal, será feito um processo no Governo Federal de redistribuição desses equipamentos, seja para



universidades, seja para centros de pesquisa no País. Com isso, aproveitaremos 100% do investimento realizado.

Era isso o que tinha a dizer para dar uma ideia da nossa estratégia.

Muito obrigado a vocês pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Prof. Francisco Aquino pelas suas considerações.

Nós vamos passar a palavra agora ao Dr. Marco Aurelio Klein, para fazer a sua apresentação.

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Muito obrigado, Srs. Deputados, obrigado pela oportunidade.

Primeiramente, faço a minha apresentação. Eu sou Secretário Nacional para a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, do Ministério do Esporte — ABCD, onde já venho fazendo um trabalho junto ao Alto Rendimento.

Há bastante tempo fui o Diretor da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento e trabalhei na criação da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, que é uma das responsabilidades assumidas pelo Brasil para receber os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. É obrigação do país que recebe os jogos ter uma entidade de controle de dopagem independente das suas entidades esportivas que realizam o esporte.

A primeira questão e a mais importante é tirar o controle de dopagem do senso comum, que é a relação com as drogas. A tendência de alguém leigo nesse assunto é relacionar *doping* às drogas. Na verdade, a dopagem vai muito além disso, é uma questão ética, é uma forma de fraudar o esporte. Quando falamos em drogas, quando o Prof. Radler, por exemplo, fala na análise de identificação de substâncias, essas substâncias podem ser de remédios comuns que nós, não atletas de alto rendimento, podemos tomar, como um comprimido para dor de cabeça que tem uma substância que faz parte da lista de proibições.

Na verdade, quando se lê, por exemplo, sobre o caso mais rumoroso dos últimos anos no controle de dopagem, que é o do Lance Armstrong, o megavencedor e campeão do ciclismo internacional, o americano que perdeu todos os seus títulos, que sempre negou tomar drogas, etc., a apuração, ao final, mostrou que ele chegava a gastar 1 milhão de dólares num esquema médico para driblar o



processo. Ora, sabemos que não há comprimidos, não há substâncias que custem 1 milhão de dólares. Na verdade, o que se comprava era resultado, comprava-se a fraude do processo.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Nesses tópicos, Deputado, gostaria de passar muito rapidamente um pouco da história; o que é o sistema da luta contra dopagem no esporte no mundo; um pequeno diagnóstico da situação no Brasil em 2013, pré-funcionamento ou momento operacional da ABCD; um balanço; e as prioridades.

Quanto à origem da palavra “doping” ou “dopagem”, provavelmente há duas correntes: uma que defende que ela deriva da palavra holandesa *doop*, nome de uma bebida alcoólica usada por guerreiros zulus; outra corrente defende que ela vem do verbo inglês *to dupe*, que significa “trapacear”, “enganar”, o que parece muito apropriado, já que o *doping* fraudava o resultado esportivo, como eu comentava antes.

Já na Grécia antiga, quando pensamos nos jogos na sua origem antiga, atletas tomavam algo como vinho, mascavam coisas de poder alucinógeno, comiam coração e testículos de certos animais, buscando conseguir resultados e melhora de rendimentos.

Os gladiadores romanos, como em *Ben-Hur*, corridas de bigas, etc., também faziam uso de substâncias com base alcoólica; *idem* no final do século XIX, quando também ciclistas já bebiam uma mistura chamada “vinho de atletas”, que era vinho com estricnina, que trazia uma condição de enfrentamento e avançamento para um melhor resultado.

Em 1904, há uma primeira morte e começam a aparecer os problemas de saúde. Há uma falta de controle dessas ações. Em 1928, a Federação Internacional de Atletismo torna-se a primeira entidade que, de alguma forma, tornou proibido o uso de algumas substâncias e medicamentos para se obter resultado. O caminho da ciência começa a cruzar o caminho do esporte ao longo dos anos 30, quando laboratórios ingleses, japoneses e americanos descobrem as anfetaminas, que conseguem produzir em grande escala, e depois os esteroides anabolizantes. Os esteroides foram largamente experimentados em campos de prisioneiros de guerra, e as anfetaminas foram largamente usadas durante as batalhas da Segunda Guerra



Mundial. Há registros de que, durante a Blitzkrieg alemã, que tomou a França, os Países Baixos e a Bélgica, no início de 1940, os soldados consumiam 300 mil comprimidos de anfetamina por dia para o enfrentamento e a descoberta da resistência.

Naturalmente, ao longo dos anos 1950, essa experiência começa a cruzar o caminho do esporte, que também vai caminhando para um processo mais profissional, de mais dinheiro, de interesses, de patrocínio, de importância, de visibilidade, com o aparecimento da cobertura midiática.

Em 1967, o Comitê Olímpico Internacional estabelece, então, uma comissão médica com o propósito específico de combater a dopagem no esporte. Nos Jogos de 1968 — àquela época, jogos de inverno e de verão eram realizados no mesmo ano —, em Grenoble e depois na Cidade do México, são feitos, pela primeira vez, testes de controle de dopagem em jogos olímpicos.

Ao longo dos outros jogos e desse processo, os controles vão aparecendo, vão sendo feitos nas diversas competições, mas ainda de uma maneira não unificada. Esse processo de unificação vai acontecer somente com a criação da Agência Mundial Antidopagem, por iniciativa do Movimento Olímpico, em 1999, 10 anos depois que o Dr. Radler começou a fazer análises de controle de dopagem no laboratório da UFRJ. E a Agência Mundial Antidopagem também dá um passo muito importante, que é a unificação dos processos.

Então, Deputado, é criado o Código Mundial Antidopagem, que fica pronto em 2003, tem validade em 2004, e, em 2005, a Conferência dos Países parte para a luta contra a dopagem no esporte da UNESCO e entroniza o Código Mundial Antidopagem com valor interacional, e os países começam a ser signatários do Código. O Brasil foi um dos primeiros a manifestar essa posição, foi signatário do Código, e, em 2007, então, nós aderimos de maneira formal ao Código.

Essa foi a forma como nós desembarcamos no que é o sistema internacional de luta contra a dopagem no esporte, que, no caso do Brasil, se dá com a adesão à Convenção Internacional, essa da UNESCO que eu mencionei, a assinatura da Convenção em 2007, a promulgação dela em 2008 e a criação da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, no final de 2011, que, entretanto, naturalmente



pela necessidade de articulação, de montagem, de tornar-se operacional, começa a funcionar em janeiro de 2014.

A ABCD é uma organização nacional antidopagem e é a entidade designada em cada País como responsável por adotar e implementar todas as normas antidopagem. Uma organização nacional antidopagem é a entidade que, de certa forma, representa o braço da Agência Mundial Antidopagem e, portanto, da luta contra a dopagem no esporte no País. Esse sistema se dá em torno do Código Mundial Antidopagem, de certa maneira, a bíblia sobre todas essas questões do controle de dopagem, seja do ponto de vista daquilo que é infração, do que é permitido, do que não pode, mas também dos padrões e da forma como deve ser realizado um controle de dopagem, inclusive fazendo essa amarração com a questão dos laboratórios acreditados.

As três principais entidades que trabalham com isso, que têm autoridade para o controle de dopagem são, naturalmente, o Comitê Olímpico Internacional, o Comitê Paralímpico Internacional, com as suas respectivas comissões médicas, as NADOs, sigla em inglês para as Organizações Nacionais Antidopagem, que é o caso da ABCD, e as próprias federações internacionais, que têm as suas comissões médicas.

Dou um exemplo bastante prático, que nós vemos nos jornais hoje. Vocês leram o caso da suspensão do atleta Jobson, do Botafogo. O atleta Jobson foi suspenso pela Autoridade Nacional Antidopagem da Arábia Saudita, foi testado e suspenso pela Federação de Futebol da Arábia Saudita. A ABCD, como uma organização nacional antidopagem do Brasil, acatou a suspensão, internalizando a suspensão dele dentro do Brasil. A FIFA, em decisão da terça-feira passada, reconheceu a extensão dela a todos os países filiados à FIFA. Isso mostra como o sistema acaba funcionando. Então, a punição do Jobson, que aconteceu na Arábia Saudita, ganha dimensão internacional, e o atleta fica, portanto, suspenso em todos os países que fazem parte desse sistema.

Quando nós partimos para a parte pré-operacional da ABCD, a primeira coisa importante era entender qual era aquele momento no Brasil, qual era o diagnóstico em 2013. O diagnóstico mostrava que raríssimas das confederações e associações desportivas de nível nacional no Brasil tinham uma área de controle de dopagem. E,



quando eu digo uma área de controle de dopagem, eu quero dizer que, ainda que fosse uma pessoa, que tivesse uma mesa dedicada ao controle de dopagem.

A título de exemplo, das 30 confederações do esporte do Programa Olímpico, apenas 6 tinham uma área, ainda que pequena, dedicada a controle de dopagem. Em 2013, fora do futebol, foram cerca de oitocentos testes feitos pelas outras modalidades. Na verdade, para ser preciso, 857 testes foram feitos em 2013, fora os do futebol, o que é, Deputado, um número bastante pequeno.

Aproveitando o Programa Bolsa Atleta, nós fizemos um censo com 4.995 atletas que, naquele momento, assinavam o seu contrato com o Bolsa Atleta nas modalidades do Programa Olímpico e do Programa Paraolímpico. Entre 83% e 90% deles nunca tinham passado por um controle de dopagem dentro do País, isso dentro das modalidades mais importantes. Então, como eu disse ali, em 2013, foram 857 testes, sem contar o futebol, e 3.141 do futebol. Alguns campeonatos, como o Campeonato Brasileiro da Série A e da Série B e alguns estaduais, realizam controles de dopagem regularmente.

Entretanto, Deputado, não é só uma questão de volume, de número de amostras colhidas, senão do critério do que vai ser analisado. Uma amostra pode ir para o laboratório para uma análise do que se chama, no jargão próprio, *menu* básico, ou ela pode ir para uma análise mais sofisticada, na busca de substâncias ou métodos mais sofisticados. Historicamente, nós tivemos exames sempre pelo padrão mínimo, pelo padrão básico. Portanto, é difícil avaliar se o número de resultados adversos, que é o termo técnico para o resultado positivo, é alto ou baixo, quando nós podemos imaginar que os testes foram simples demais.

Esses testes são feitos sempre nos laboratórios acreditados. Algumas entidades não faziam nos laboratórios acreditados, algumas federações estaduais, mandavam suas amostras para laboratórios não acreditados. Isso constitui uma infração ao Código Mundial Antidopagem, que estabelece que amostras biológicas para controle de dopagem somente podem ser analisadas por laboratórios acreditados, credenciados pela Agência Mundial Antidopagem.

A outra questão é a da qualidade do exame. Então, eu vou dar o exemplo agora da eritropoetina, que é um exame sofisticado, caro em todos os laboratórios, e o padrão de testes da Agência Mundial Antidopagem para 2015 recomenda que, em





determinadas modalidades, como, por exemplo, no ciclismo de estrada, o mínimo deve ser de 60% com testes de eritropoetina. No Brasil, em 2013, nós tivemos 2 testes no atletismo, 16 no ciclismo e apenas 4 no futebol, num total de 22, quando esse número deveria ser superior a 300 ou 400, se nós seguissemos os padrões internacionais.

Outra questão importante é a dos testes em competição ou fora de competição. A tendência hoje é um processo de testes cada vez mais feitos fora de competição, e o “fora de competição”, Deputado Jordy, significa um teste surpresa: um atleta sabe que poderá ser testado de surpresa, mas ele não sabe quando, e poderá até não ser ou poderá ser testado muitas vezes.

A Agência Antidopagem dos Estados Unidos — USADA caminha hoje para fazer 80% de todos os seus testes fora de competição. O Presidente da USADA me disse que atletas de ponta da Delegação Olímpica dos Estados Unidos podem passar por 18 testes num período de 10 ou 12 meses — isso o mesmo atleta. Então, é um trabalho para eles terem sempre a garantia ou diminuam o risco de ganhar uma medalha olímpica que possa ser perdida 24 horas depois, o que constitui um grande embaraço e um grande constrangimento.

Em relação ao teste feito fora de competição, vejam que, no Brasil, de 3.996 testes feitos em competição, apenas dois foram feitos fora de competição. No mesmo momento, na China, de 13 mil testes, em 2013, mais de 8 mil foram feitos fora de competição. Essa é uma tendência de trabalhar muito mais voltado para a questão da inteligência, de olhar exatamente o que, aonde e como testar.

Para avançar nisso, o Plano Estratégico da ABCD foi baseado em cinco pontos principais. Um deles é a informação, porque, se nós temos muita informação e, além disso, informação adequada, podemos ir para o segundo passo, que é a educação. Se conseguirmos fazer um programa de educação com informação adequada, conseguiremos o terceiro passo, o principal deles, de certa maneira, que é a prevenção. E a inteligência vai nos mostrar como é que nós devemos voltar para a prevenção, a educação e a informação ou qual é a ação que devemos fazer. Então, esse é um caminho cíclico.

A ABCD tem como diretriz ser independente, regulamentar, padronizar, educar, prevenir e certificar. Ela, como uma entidade nacional, deve fazer o papel do



que é uma agência aqui, apoiar o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem, inclusive, e deve se relacionar com o conjunto das entidades que temos no Brasil, os clubes, as confederações, a sociedade civil, a ANVISA, a área de ciência, as autoridades da lei, todo esse processo.

Nosso programa é baseado também em cinco pontos: um plano de distribuição de testes, formação e capacitação, ciência e tecnologia, inteligência, informação e educação. Formação e capacitação é porque o desafio do papel que nos é dado e a responsabilidade de assumir os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 é o de preparar pessoas que possam trabalhar no controle de dopagem nos seus diversos processos: o agente, que faz a coleta de sangue; quem cuida da estação de controle de dopagem; o padrão, uma qualificação para que possamos sempre garantir que o atleta, acima de tudo, seja muito respeitado. Para isso, nós fizemos acordos de cooperação com as melhores agências.

No caso da formação dos oficiais de controle de dopagem, nós fizemos acordo com a USADA, agência americana, que nos mandou quatro dos seus melhores profissionais para ficarem aqui 10 ou 12 dias conosco, para a realização de processos de formação e treinamento. E aí começamos um programa de jornadas de formação e treinamento de pessoal no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília, e agora, em 2015, outra turma virá. Estamos reciclando aqueles de um grupo menor, os experientes, que já trabalhavam com isso no Brasil, trazendo-os para novas práticas, trouxemos pessoas da Agência Mundial Antidopagem para nos ajudarem aqui e saímos, então, para os processos de ações educativas. Agora em 2014 e 2015, estando presentes na maior parte dos eventos em que é possível estar, distribuindo material de informação e educação.

Para encerrar, Deputado, trouxemos inclusive o caso muito emblemático de um atleta americano, o ciclista Tyler Hamilton, medalha de ouro nos Jogos de Atenas, que perdeu a sua medalha de ouro, o seu patrocínio, perdeu tudo. Esse é um grande exemplo para dizer aos atletas que prestem atenção. Ele disse às pessoas lá, de uma forma muito marcante: *“Eu me senti melhor, acreditem, quando devolvi a medalha de ouro do que no dia em que a ganhei”*.



Temos enorme material, bastante recurso. Temos aqui um material para ser distribuído, do *site da ABCD* — [www.abcd.gov.br](http://www.abcd.gov.br). Lá poderá ser encontrado bastante do material.

O nosso sonho é que 2016 possa ser um ano de zero caso de dopagem nos Jogos Olímpicos. Esperamos que no Brasil não haja um único caso de dopagem entre os atletas da sua delegação. Essa será a vitória da ética no esporte.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dr. Marco Aurelio Klein.

Nós vamos passar agora às indagações e manifestações dos Srs. Deputados. Depois, retornaremos a palavra aos nossos convidados.

Com a palavra o Deputado João Derly.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Arnaldo Jordy, Dr. Francisco Radler de Aquino Neto. Apesar de o tema ser muito técnico, complicado de abordar para quem não está acostumado, ele é de profundo interesse nosso e de grande importância no meio esportivo. O Dr. Klein amanhã certamente também estará conosco, daqui a pouco será um membro da Comissão. Enobrecem esta audiência pública.

Eu fiz algumas anotações que acho importantes e gostaria de ouvir a opinião dos senhores. Hoje, há pesquisas bem avançadas em relação à dopagem. Até se diz nos bastidores, e não sei se é verdade, que os medicamentos, os componentes químicos estão muito mais avançados do que o próprio controle de dopagem. Mas é preciso também avaliar que há muitos atletas amadores. E essa é a minha grande preocupação. Existem atletas profissionais, com estudo, até com laboratórios por trás, tentando ganhar melhor desempenho, mas existe, e o nosso País evidencia isso, uma política esportiva ainda jovem. Não temos consolidado um plano nacional nem um sistema, e são muito poucas pesquisas referentes a perfis de atletas. Enfim, de que forma nós podemos orientar e ajudar esses atletas que não têm a orientação devida? Isso é papel das confederações? De quem é o papel de orientar?

Eu estava vendo aqui o plano estratégico. Primeiro: informação. Quem dá as informações? De que forma nós podemos dar as informações? É preciso reeducar, educar os atletas, porque muitos carregam, na sua história de vida, dificuldades, até



orientação errada, por parte de alguns professores. Depois, prevenção. Eu acho que é fundamental chegarmos à prevenção. De que forma chegamos a ela? E assim por diante, dando sequência no plano estratégico. Então, quem tem que orientar, quem tem que cobrar, quem tem que acompanhar os atletas desde jovens?

Vou citar uma parte importante no judô, por exemplo. O controle de peso dos atletas evoluiu muito com o passar dos anos. O método de perda de peso no passado era muito arcaico. Então, havia atleta correndo com plástico — infelizmente já fiz isso, por não ter muita orientação — e deixando de comer, de beber, enfim, desidratando o corpo de uma forma severa. E depois havia uma competição, e a otimização do corpo é fundamental. Com o passar do tempo, começou a haver um controle maior do peso de todos os atletas, com orientação de nutricionista, e com isso ganhou corpo a Confederação. Ela cresceu, evoluiu. Então, hoje, nós temos poucos problemas de atletas com peso bem acima do peso da sua categoria. E esse controle e essa reeducação dos atletas — e as novas gerações já chegaram com esse método — oportunizaram que eles fossem mais bem orientados e, com isso, preveníssemos muitas coisas.

De trinta confederações, seis têm controle. Quais são elas? Depois poderemos saber.

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Permita-me só esclarecer: não quis dizer que seis tenham controle; seis têm uma área especializada em cuidar do assunto, o combate à dopagem. Agora está mais bem explicado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Ah, muito bem! E quais são elas?

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - De cabeça, eu diria futebol, atletismo, desportos aquáticos, triatlo, e duas outras menores me escapam agora, das 30 principais do esporte olímpico. Outras fazem controle.

E, Deputado, vale a pena dizer o seguinte: sempre foi muito importante a questão do custeio do controle, como as entidades disseram. Hoje, esse controle passa a ser da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, que tem orçamento para fazer isso e que, de acordo inclusive com a visão da Agência Mundial Antidopagem, deve ser a única responsável por fazer o controle de dopagem no País, para garantir que ele seja feito com regramento e processos e escolha adequados.



**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - E a ABCD tem parcerias com as confederações? Ela atua em prevenção, em palestras, enfim, em orientação?

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Sim. E respondo à sua pergunta básica: *“Quem tem a responsabilidade pelo processo?”* Nós, a ABCD. Entretanto, o exercício dessa responsabilidade será tão mais eficiente quanto maior o envolvimento de todos os processos, inclusive desta Casa, para que nós possamos avançar.

E há uma questão de grande importância, além do alto rendimento, que é o universo da ABCD — o Deputado Arnaldo Jordy colocava isso no início —, para olharmos num momento seguinte, porque evidentemente há um foco agora em Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, sob responsabilidade do Brasil. Nós não podemos deixar de lado o que corre solto nas academias: o uso de esteroide anabolizante, que traz gravíssimos riscos à saúde. Não há nenhum controle, e o Brasil é percebido lá fora, por outros países que estão olhando isso, como uma terra de ninguém na circulação, produção, venda e utilização de esteroide anabolizante, o que provoca enormes danos à saúde das pessoas e ao sistema de saúde do País. Então, são duas ações diferentes. Naquela da confederação, a responsabilidade é nossa, porque nós temos a condição de uniformizar isso. Mas são muito importantes a parceria e a proximidade com as entidades, e nós começamos a buscar isso.

É claro que, como a ABCD só ficou operacional no início de 2014, esse processo não caminhou com a velocidade que nós desejávamos, mas já avançou bastante, com a Confederação, com o futebol, com o atletismo, com a natação. Particularmente, nós já avançamos muito com o Comitê Paralímpico Brasileiro — CPB, dos atletas paraolímpicos, caso em que essa situação é crítica, porque essas pessoas tomam muita medicação.

Apenas para complementar, quero dizer que nós, em janeiro, fizemos um controle de dopagem na Copinha, a Copa São Paulo de Futebol Júnior, muito famosa, muito tradicional. Na sua 47ª edição, foi feito pela primeira vez controle de dopagem.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Para concluir, em 2005, com a Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, o Brasil entrou...



**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Burocraticamente, digamos que foi em 2007.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - E, havendo só seis, nós não entramos na responsabilidade?

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Deputado, isso é um problema que ficou provado quando nós fizemos o censo, que mostrou que um número grande de atletas nunca tinha passado por um controle de dopagem no País.

Isso traz duas preocupações: o risco de que em alguma hora ele chegue a uma competição internacional tendo problema e o risco de que ele não receba o processo de educação e formação, que, no primeiro momento, é muito mais importante até do que o controle.

Mas a posição da ABCD é de olhar para o para-brisa e não mais para o retrovisor. Nós olhamos para o retrovisor para entender tudo que precisávamos fazer, que tipos de recurso, de ação e de abordagem eram necessários. Agora, nós olhamos para frente e temos um quadro bastante melhor do que tem que ser feito. Mas foi muito preocupante o resultado do censo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado João Derly.

Eu queria só pegar carona em algumas coisas que já foram até respondidas e que me inquietavam. Ao ser provocado a convocar esta audiência pública, eu tentei entender um pouquinho do assunto, e a sensação que eu tenho agora, Deputado João e senhores convidados, pelos dados aqui trazidos, pela comparação com o que é feito em outras praças e em outros países, é que a situação é muito mais grave do que eu imaginava.

Nós estamos ainda muito, muito, muito atrasados do ponto de vista do controle social no que diz respeito a essa questão, que, no Brasil, tem duas vertentes. Uma delas é a do controle ético. Como foi aqui muito bem revelado, não se trata de um problema de ordem, digamos assim, policial, do ponto de vista da droga em seu conceito *stricto sensu*, mas de um problema ético, na medida em que isso compromete a essência da natureza da prática do esporte, que é a competição saudável, em condições isonômicas, baseada no talento humano, na sua *expertise*



em termos de treinamentos, nos recursos admitidos eticamente como disponíveis para a formação desse conceito no todo. Essa é uma das vertentes.

A outra vertente diz respeito ao problema de saúde pública. Foi revelado que o uso dessas substâncias é uma prática quase normal. Um jovem que frequente hoje uma academia é quase um bobalhão se ele se recusar a consumir esses anabolizantes, conhecidos genericamente como bombas, que são vendidos — sabe-se lá com que controle — em supermercados, em lojas e na própria academia.

Esse problema não é menos grave sob o ponto de vista de qualquer dessas duas naturezas, porque existe zero de prevenção, controle ou regulação.

Eu vejo isso porque o meu filho foi atleta de rendimento de natação e era um dos pouquíssimos atletas lá no Pará que se recusavam a enveredar por essa lógica do reforço alimentar e da utilização de determinados produtos — o consumo de alguns deles era, inclusive, estimulado por parte da equipe técnica. Aqui em Brasília isso é muito recorrente, assim como em outros lugares. E ele era um dos poucos que se recusava a fazer isso.

Mas, ouvindo um noticiário sobre esse problema de *doping*, ele, que tem um problema de rinite alérgica e usava um descongestionante — Aturgyl ou outro qualquer —, teve a informação de que tinha havido um registro de *doping* por uso de outra substância parecida com essa. Ele disse: “*Olha, eu não tinha a menor ideia*”. De repente, ele descobriu isso.

E com quantos atletas isso não deve acontecer? Comentávamos aqui o caso do Romário, que usava um produto para combater a calvície e foi flagrado. Claro, esse é um caso absolutamente não doloso, inadvertido. O Deputado João deu outro exemplo aqui, citando alguma coisa parecida. Isso é algo que acontece por falta de orientação, por ausência do debate, por ser um conceito absolutamente estranho no ambiente da prática do desporto, do esporte.

Outra situação são os casos de ações dolosas, premeditadas, envolvendo muito dinheiro e laboratórios, sobre as quais nós não temos nenhum controle e que alteram o resultado objetivo do certame, seja no esporte coletivo, seja no esporte individual.

Então, eu acho que nós precisamos amplificar, rápida e urgentemente, esse controle, essas iniciativas, nas diversas direções. Porém, no mundo todo esse



controle, baseado no protocolo internacional, é feito por esses 32 laboratórios. No caso deste primeiro no Brasil, o controle será feito lá.

Foi dito aqui que o esporte mais praticado é o futebol. Eu lembro que, na disputa do segundo turno do campeonato no meu Estado, domingo passado, em que jogaram Remo e Paysandu, morreram duas pessoas de enfarte. Isso foi noticiado no jornal.

Em todos os grandes clássicos, como Palmeiras e Corinthians, Grêmio e Internacional (Gre-Nal), Bahia e Vitória (Ba-Vi), Atlético e Cruzeiro, há um nível de paixão, de envolvimento, que gera problemas, ligados à economia que percorre esses eventos, à segurança, a tudo mais. Então, isso não é uma coisa qualquer. No Brasil, não é uma coisa qualquer. Há muitos interesses em jogo — alguns, legítimos; outros, nem tanto.

Pergunto: como podemos ter esse controle estando tudo concentrado em uma única instituição, com os custos que isso representa? Esta é outra pergunta: o que representa em termos de custo viralizar essa prática, torná-la recorrente, para o bom desenvolvimento da prática esportiva, além do protocolo?

Por exemplo, nos Estados Unidos, algumas universidades realizam testes de *doping*, não sei em que categoria — talvez seja nos atletas do basquete.

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Em estudantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Em estudantes. Lemos informações de que lá há as universidades. É claro que não pode ser qualquer laboratório, qualquer baiuca, sem o mínimo de credibilidade. Imagino que deva ter esse controle de credibilidade. Alguém pode produzir uma falsificação, encomendar um resultado qualquer. Não precisa nem chegar ao milhão aqui citado, do nosso ciclista. Mas as universidades, a exemplo da UFRJ, da Universidade Federal do Pará, da Universidade Federal do Amazonas, num País continental como o Brasil, de mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, são instituições de absoluto respeito, de credibilidade, o Instituto Evandro Chagas — estou aqui citando algumas, aleatoriamente — a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, não poderiam se incorporar num certo nível, para que isso pudesse ser democratizado, pelo menos na prática de alguma modalidade. No futebol, por exemplo, de acordo com os dados aqui, em 2013, 22 testes de urina na eritropoetina. É esse o nome?





**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - É, mas são quase 4 mil no total.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é. E o senhor nos diz que, no mínimo, deveriam ser feitos 300 testes — foi sua expressão há pouco. Foram feitos 22. E, se tivessem sido feitos os 300 e mais os 200, não sei onde, nós teríamos, digamos, fôlego, para, mediante uma campanha dessa natureza, absorver isso tudo? É a pergunta que eu faço. E a outra é sobre custos desse exame.

Eu vou passar a palavra para o senhor e, depois, para o Dr. Francisco, para responderem às nossas inquietações, se possível.

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Deputado, separarei a questão. Do ponto de vista do controle de dopagem do alto rendimento — e nós colocamos, evidentemente, o futebol nesse caso, do alto rendimento —, nós não temos um problema de falta de laboratório. O número de testes é adequado. Somente três países no mundo têm dois laboratórios, dois deles por razão histórica. A Alemanha tem dois laboratórios porque é uma herança das duas Alemanhas, e a Espanha tem dois laboratórios porque é uma questão catalã. Quando foram realizados os Jogos Olímpicos de Barcelona, Catalunha não queria ter lá um laboratório de Madri. Então, eles conseguiram ter dois laboratórios num momento pré-existência da Agência Mundial Antidoping — WADA. Dificilmente, se fosse hoje, pós-Agência Mundial Antidopagem, teríamos dois laboratórios na Espanha. E hoje eles sobram. É laboratório de mais para o número de testes necessários.

Nos Estados Unidos, há dois laboratórios, Salt Lake City e o laboratório da Universidade da Califórnia, que fazem, juntos, cerca de 100 mil análises por ano, enquanto os outros laboratórios fazem entre 5 mil e 10 mil. Ocorre que, desses 100 mil, Deputado, uma parte substancial são testes fora do esporte. São testes de dopagem, mas não do esporte. A USADA — Agência Nacional Antidopagem dos Estados Unidos faz cerca de 10 mil testes por ano, mais ou menos como as outras. Lá são 100 mil porque as Forças Armadas, o serviço público, grandes instituições corporativas e, sobretudo, as universidades fazem testes com os seus funcionários e os seus alunos, não relacionados com o esporte. Há um programa de acompanhamento do uso de drogas — nesse caso, as chamadas sociais. De modo que essa é uma questão. Nós não temos falta de laboratório. Há países que não têm



laboratório. O Chile não tem laboratório, a Argentina não tem. Então, isso é bom para o Dr. Radler, que vai herdar as análises desses países.

Há outra questão que o senhor levantou, Deputado, que eu acho de grande importância. É essa questão da saúde pública, de esteroides, anabolizantes, que estão disseminados na cultura das academias. As academias precisam mostrar resultado rápido; para não perderem os seus clientes, estão usando isso, o que causa enorme dano à saúde de cada um.

Separei aqui, para o Deputado ver, que, em 1988, o Presidente Reagan sancionou um ato nos Estados Unidos proibindo o uso de esteroides sem razões médicas. Em relação a esse problema, alguns países já avançaram com mais antecedência. E ainda assim isso continua um problema nos Estados Unidos e aqui, de muito maior gravidade na saúde pública, evidentemente com um impacto que certamente há de ser grande no custeio da saúde pública no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Com a palavra o Dr. Francisco Radler.

**O SR. FRANCISCO RADLER DE AQUINO NETO** - Complementando o que o Marco Aurelio acabou de colocar, eu acho que o Deputado Arnaldo Jordy tem toda a razão de ter essa preocupação, uma preocupação recorrente do controle de dopagem no mundo todo, que é essa possibilidade de haver mais laboratórios envolvidos nesse processo. O que se vê no mundo todo e no Brasil, em especial, é que o investimento necessário para se fazer uma atividade dessas e o tamanho do mercado não justificariam essa disseminação de laboratórios.

Eu acho que, como o Marco Aurelio colocou muito bem, não há falta de oferta, vamos dizer assim, de análise por parte dos laboratórios. O que falta, na verdade, é a demanda do setor esportivo pelas análises. Essa é uma coisa curiosa que a Agência Mundial Antidopagem estabeleceu. Ela criou um rigor extraordinário em cima da acreditação do laboratório e das exigências sobre os laboratórios. Então, os laboratórios têm que ser perfeitos. Mas, do lado das federações, ela não exige que as federações tenham obrigatoriedade de contratar.

No caso do hormônio do crescimento, por exemplo — para citar um dos nossos casos —, que, em 2011, nós fomos obrigados pela Agência Mundial a implantar no laboratório, as federações brasileiras não pediram nenhum exame até



hoje. Então, o laboratório tinha que ter os equipamentos, os materiais, que são perecíveis e têm que ser repostos, o pessoal treinado e executando análises para manter a proficiência, sem haver uma análise solicitada para que ele pudesse receber recursos para poder compensar isso daí.

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Porque não existia a ABCD, que agora é a responsável pelos exames.

**O SR. FRANCISCO RADLER DE AQUINO NETO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - E, com esse laboratório novo, vai ser possível baratear os exames no País?

**O SR. FRANCISCO RADLER DE AQUINO NETO** - Não. Posso responder?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro, o senhor está aqui para isso.

**O SR. FRANCISCO RADLER DE AQUINO NETO** - A pergunta é muito importante. O custo dos exames, infelizmente, é maior do que a capacidade do setor esportivo de pagar por eles. Então, os exames de controle de dopagem são tradicionalmente deficitários, pelo tamanho do desafio tecnológico que eles representam. Então, não há como se fazer um barateamento disso, se quiser se remunerar o laboratório pelo custo. Ou, então, que é o que acontece no mundo inteiro, é preciso subsidiar o laboratório de alguma maneira, a fim de que o custo para as federações seja razoável para o seu orçamento. Essa é uma engenharia financeira complicada, para manter o laboratório funcionando.

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Se o Dr. Radler me der um aparte, lembro aos Deputados que, quando falamos em custos, o laboratório é uma parte desse custo. O processo de controle de dopagem significa uma equipe, um movimento, que vai à casa do atleta ou a um local, significa o chamado escolta, alguém que busca o atleta no campo, no ringue, na piscina, onde ele estiver, para levá-lo para o controle, ou que o acompanha para um controle na casa do atleta, um oficial de controle de dopagem, um oficial de coleta de sangue, ambos com especializações, significa um processo de cadeia de custódia no envio disso. Portanto, há o trabalho de *courier*, até chegar ao laboratório, e os frascos, todo um processo de acondicionamento dentro de regras estabelecidas pelo Comitê Olímpico Internacional e pela Agência Mundial Antidopagem.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado João, permita-me, somos poucos aqui no diálogo. Há uma pergunta aqui da Lúcia, que eu já vou fazer, mas, só para não perder a carona no raciocínio, eu gostaria de fazer uma observação. Pelo que está exposto, nós estamos reféns de uma situação insolúvel, está certo?

Imaginem um país com as dimensões do Brasil. Nós temos um laboratório na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse custo não é o da análise química apenas. Se eu estiver sendo grosseiro no conceito, perdoe-me, mas há toda essa logística. Imagine o Campeonato Norte-Nordeste de Atletismo, em Belém, todo ano a Copa Brasil de Atletismo ocorre no Mangueirão. Se nós quisermos ampliar a observação e a aferição do combate ao *doping* como regra mais recorrente na prática do esporte brasileiro, como vamos fazer isso? Com os custos do jeito que estão, as federações estão com pires na mão, não conseguem pagar o vigia para tomar conta do cronômetro. Eu vivo isso de perto. O Deputado João vive isso 24 horas por dia, porque está ligado ao setor. Não há o negócio para comprar, para manter o tatame da federação não sei de onde.

É esse grau de dificuldade que essas federações vivem. Como nós vamos bancar isso? Como nós vamos amplificar? Não há regramento nenhum. A capacidade da realização dos exames laboratoriais está subutilizada. Pelo que eu entendi aqui, não há problema de demanda. O custo é estratosférico, diante da realidade. O descontrole é cada vez mais evidente pelas páginas do jornal.

Agora, se os heróis brasileiros, a Daniele, o Anderson, o não sei quem, nos Estados Unidos, em todo o lugar, onde essa verificação e essa aferição é mais rígida, é mais focada... Nós nos surpreendemos com os heróis brasileiros do esporte nisso. Aquela menina do salto também já esteve envolvida, parece que foi suspensa.

Enfim, cada vez que isso sai no noticiário, ainda que seja uma ação não dolosa, permite que qualquer um que está se inspirando naquele atleta diga: *“Puxa vida, meu herói vacilou, o meu herói perdeu o encanto!”* Imagine o que isso gera no País, com nossas desigualdades, o que isso desorganiza do entusiasmo para a prática!

Como saímos disso? Nós podemos estabelecer, pela Câmara, uma legislação que amplie esse regramento mínimo de obrigação de as competições federadas ou



confederadas, numa frequência anual “x”, terem que fazer uma amostra antidoping. Isso teria mais um efeito preventivo do que punitivo, para construir uma consciência, uma pedagogia, além das campanhas de educação. Sei lá, alguma coisa. Nós temos que fazer alguma coisa a partir desta audiência. Incomoda-me sairmos de uma situação dessas, com o diagnóstico mais evoluído do que nós chegamos, e não darmos o passo seguinte, não propormos nada.

Agora, eu gostaria da ajuda dos senhores sobre o que nós podemos propor no sentido de ampliar a superação dos nossos desafios. Nós não vamos resolver tudo agora, mas nós temos que dar um passo.

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Eu posso tentar responder, Deputado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro!

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Eu fico muito feliz de ver um acolhimento e uma preocupação na Casa com esse tema, porque nós temos muito para avançar com ele.

Não é propriamente o número de testes. Podemos perceber que nós temos um plano, até porque hoje cabe a ABCD fazer os testes, isso não deve caber às confederações. Este é o encaminhamento natural no sistema da Luta Contra a Dopagem no Esporte: que as entidades nacionais de controle de dopagem sejam as responsáveis pelo teste, para que tenham a credibilidade que o sistema exige.

Temos um encaminhamento para um programa de testes previstos pela ABCD e bastante bem recebido pela Agência Mundial Antidopagem, quando apresentado para eles, que nos dá tranquilidade de que nós estamos num bom caminho e na construção.

O diagnóstico mostra uma situação olhada pelo retrovisor. Quando olhada pelo para-brisa, nós temos um caminho, quanto aos testes, bastante adequado. Por outro lado, nós temos questões muito importantes como levar o controle de dopagem, os perigos, não só na ética, mas na saúde, em todo o conjunto, Deputado, às escolas.

Vou dar um exemplo de uma coisa que, para mim, como responsável pela ABCD, mostra-se como algo a ser feito. Foi aprovada aqui na Casa uma iniciativa bacana: a criação do dia nacional contra a dopagem. Enfim, há um dia. É importante isso para que seja feito um trabalho nas escolas, um trabalho ético. Entretanto,



infelizmente, o dia cai num mês de férias. Eu estou dando um exemplo bastante simples. Se houvesse o dia nacional antidopagem, a ética no esporte, etc., numa época de aula no colégio, teríamos um trabalho grande para fazer nas escolas.

Nós temos um trabalho grande para fazer no currículo das escolas de educação física. Professores de Educação Física são formados, administradores esportivos são formados, pessoas da área de *marketing* esportivo são formadas na base, no mestrado, na pós-graduação, no doutorado, e muito poucas vezes alguém tem acesso a essa questão da política, da luta contra a dopagem no esporte.

Nós colocamos muito como luta contra a dopagem no esporte não apenas o controle de dopagem. O controle de dopagem é apenas um meio de aferição desse processo. O que nós falamos aqui é da preservação da ética. Então, há muito por fazer nesse trabalho de juntar e de fazer o processo de inteligência.

Em relação ao controle em si, o Deputado citou um exemplo e foi muito feliz. O caso do Pará, a Copa Brasil de Atletismo é um exemplo em que isso está previsto. Ele é de altíssimo rendimento, tem o controle de dopagem, a Confederação Brasileira de Atletismo é das mais avançadas. Então, ela faz e fazia isso, porque é uma determinação da Federação Internacional de Atletismo. Agora é feito por nós. Nós já assumimos isso.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Dr. Klein, não quero ser chato, mas, se me permite, eu acho que o Deputado tocou em um ponto importante. É fundamental expandirmos, mas quem paga a conta? De onde vem o recurso? Essa é a preocupação.

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Do controle de dopagem?

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Isso, se a ABCD faz o controle, qual é o papel da confederação nesse caso? Ela não vai fazer controle, claro.

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Mas ela vai o quê? Vai proporcionar o pagamento dos exames de seus atletas?

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Não. A ABCD tem um orçamento com a previsão de realização desse controle. As entidades nacionais de controle de dopagem no mundo têm orçamento para os seus controles de dopagem feitos e custeados pelas entidades de controle de dopagem.



**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Isso daria quantas avaliações por ano?

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Para este ano, a nossa previsão é de 2.500 controles, considerando, inclusive, que nós somos e seremos os responsáveis pelos controles dos eventos-teste dos Jogos Olímpicos que começam aqui em julho, conforme Dr. Radler citou.

É preciso dizer o seguinte: eu falo dos controles do dia a dia do Brasil. Copa do Mundo FIFA no Brasil, quem pagou o controle foi a FIFA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, tudo bem.

Deputado João Derly, permita-me, ele está querendo perguntar, fora desses eventos, de Olimpíadas, de Copa do Mundo, como atividade normal, regular, vamos dizer assim. Qual é a previsão?

O senhor citou seis confederações: a de esporte aquático, de futebol, de triatlo, de atletismo... Alguém falou a de vôlei, não sei se é. Confere?

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - O Comitê Paralímpico Brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Essas confederações requisitam aquilo que será feito pela ABCD, com orçamento próprio. É isso?

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Não. Infelizmente, não deixei isso claro. Vou refazer.

De trinta confederações, essas seis têm uma área interna dedicada a trabalhar controle dopagem. Em alguns lugares há dois ou três funcionários, em alguns casos, como é o do aquático, há uma pessoa, mas há alguém que se ocupa desse assunto, como é no atletismo. Não quer dizer que são as únicas que fazem o controle. São coisas diferentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, qualquer confederação pode, para o seu calendário regular, solicitar o exame de dopagem nos seus certames. Só para nós entendermos.

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Ela pode até...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - E isso garantido com o orçamento da ABCD.

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - É. Só que nós invertemos o processo, Deputado. A ABCD elabora e propõe um programa de controle de dopagem, que na terminologia técnica chama-se Plano de Distribuição de Teste. Esse Plano, no nosso



caso, prevê, para 2015, 2.500 controles. Desses 2.500, quase 50% serão feitos fora de competição. Então, nós começamos a cadastrar atletas que entraram. Existe um sistema da Agência Mundial Antidopagem no qual o atleta entra, põe o seu endereço, ganha *login*, senha, etc. Nós estamos terminando esse processo agora. Faltam 37 dos atletas que nós escolhemos para serem testados.

Então, esse processo, idealmente, é o modelo recomendado neste momento pelo sistema. Quando eu digo sistema, refiro-me à Agência Mundial Antidopagem, Comitê Olímpico, Comitê Paralímpico, federações internacionais e organizações nacionais antidopagem. Que as organizações, como a ABCD, façam o seu plano de teste. Elas custeiam o teste. O teste não é uma coisa planejada. Se alguém disser assim: *“Na semana que vem os atletas todos devem se reunir num centro de treinamento porque às 3 horas vai ter controle de dopagem”*, provavelmente esse resultado estará comprometido porque se houver alguém que estiver comprometido há mecanismos de ele escapar, digamos assim, do resultado.

Então, esse não é um processo público. Mas a ABCD teve uma proposta orçamentária, temos um orçamento para fazer esse número de testes. Obviamente, ele crescerá em 2016.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - O atleta do futebol está incluso nesses 2.500?

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - O futebol está fora.

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - O futebol tem uma particularidade: no Campeonato Brasileiro, em que há controle de dopagem, ele está no custeio do borderô. O controle de dopagem é pago a partir do borderô. O que é que vai acontecer agora? Como a ABCD vai fazer 2.500 desses testes, a ABCD tem uma planilha de custeio, que é o que a ABCD pagará em todas estas etapas: quanto paga para o laboratório, quanto paga pelo frasco, por tudo. O futebol custa três vezes mais caro. Então, é pago pelo clube. Isso vai para a conta do clube. Está lá, quando acaba o jogo, vai ao borderô, tem o controle de dopagem, custou, sei lá, 5 mil reais, será debitado, esse dinheiro sai do borderô, paga o controle de dopagem.

O que acontece é que os clubes estão pagando muito caro. Com o patamar estabelecido pela ABCD, que é mais ou menos um patamar internacional, nós





estamos olhando as melhores práticas internacionais, e fatalmente o futebol irá se adequar a essa questão. Mas o futebol paga com o custeio do borderô da renda privada. Nas outras entidades, é da ABCD.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, professor.

**O SR. FRANCISCO RADLER DE AQUINO NETO** - Talvez só complementando com uma visão um pouco histórica disso que o Marco Aurelio comentou, nós sempre tivemos uma demanda — quando o laboratório era acreditado, naqueles 25 anos — de um número muito grande de entidades, talvez umas 20 ou 25 diferentes por ano. Mas com uma rotatividade muito grande, porque cada uma só fazia o controle de dopagem se tinha um campeonato com um pouquinho mais de projeção, um campeonato internacional no Brasil. E aí então era pedido o controle de dopagem.

Eu diria que o grande divisor de águas, a criação da ABCD, é que passa de ser uma coisa, assim, esporádica para ser um controle de dopagem organizado, e, como o Marco Aurelio realçou aqui, usando a inteligência e o conhecimento das práticas correntes da dopagem no País para fazer uma amostragem direcionada para esses bolsões de más práticas que podem ser detectadas e inibidas.

Acho que esta é a grande diferença: é haver racionalidade no controle, na medida em que você tem uma entidade que faz isso de maneira geral, no País como um todo, e não esporadicamente, dependendo apenas do desejo de cada federação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem. Há só uma inquietação aqui da nossa assessoria. A pergunta da Lúcia é a seguinte: *“A punição ao atleta flagrado em doping está restrita às entidades esportivas. Não seria o caso de já se pensar em estender isso para as leis penais brasileiras, com previsão no ordenamento penal brasileiro?”*

**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - A pergunta é ótima, é pertinente, é uma das questões que nós temos. Ainda que só na lei esportiva, os tribunais desportivos brasileiros, sistematicamente, ignoram o Código Mundial Antidopagem, o que nos coloca em não conformidade com o Código neste momento. É um problema que nós estamos vivendo. Então, nós precisamos arrumar, nesse universo, primeiramente, o cumprimento do Código do qual o Brasil é signatário, tem responsabilidades internacionais.



Mas, com relação à extensão da lei penal, eu tenho, — depois, se me pedirem, eu lhes passo esse material— a Alemanha tem, neste momento, tramitando no Parlamento, um processo de criminalização da dopagem pelo envolvimento da questão do provimento das substâncias, do uso, considerando que é uma fraude ao esporte. Então, eu estive com a minha colega da organização nacional da Alemanha, agora, num evento internacional, conversando sobre esse assunto, que é bastante polêmico no mundo. E eles nos mandaram . Estamos traduzindo. É um projeto. É pequeno, considerando-se o que nós fazemos. É interessante.

Mas neste momento é um assunto palpitante no mundo, na Europa, sobretudo. Nós faremos contato depois e eu lhes passarei isso. É bem importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem.

Então já temos aí, eu e o Deputado João Derly, alguns desafios, alguns pontos para pensar no que podemos sugerir — claro, aprofundando e buscando o diálogo com quem está envolvido com essa temática para, por intermédio desta Comissão do Esporte, tentarmos produzir, quanto a esse aspecto da legislação, da previsão legal, além da punição na prática do desporto, da suspensão, trazer para o ordenamento penal o uso indiscriminado do *doping* no desporto.

A outra questão é essa recomendação mínima para que as confederações estabeleçam, em conjunto com a ABCD, esse fluxo claro, sem o calendário preestabelecido, porque hoje há mecanismos para o atleta fugir da identificação, da possibilidade de identificação do *doping*, da dopagem nessa modalidade estabelecida aqui.

E também pensar alguma coisa, em termos de legislação, no sentido de proibir ou reduzir a casos excepcionais o uso de anabolizantes, a exemplo do que já existe nos Estados Unidos desde 1988, no Japão há muito tempo e na Europa, onde há uma legislação muito mais avançada, contrastando com o paraíso brasileiro do uso indiscriminado de anabolizantes. Estão aí três bons caminhos para pensarmos no que fazer.

Finalmente, vou passar a palavra aos convidados para uma breve consideração final, se quiserem, para irmos caminhando para o encerramento da audiência pública.



**O SR. MARCO AURELIO KLEIN** - Ao tempo em que agradeço pela oportunidade e pelo interesse, ressalto uma coisa que escapou ao tom da conversa, outra questão muito importante, Deputados: o dinheiro público no financiamento do esporte, que precisa estar protegido, também, da dopagem.

A ABCD começou a fazer uma incursão — inclusive fora do esporte olímpico — nas corridas de rua, começou a fazer controles de surpresa nessa modalidade, muito popular no País, sobretudo no Estado de São Paulo. Quase todas as corridas de rua têm dinheiro público, — público e privado — e estão ao deus-dará, nem sempre existe controle. Há uma plêiade de atletas africanos que moram por aí, que competem, que fazem dinheiro em provas nas quais o controle de dopagem ou não existe ou é precário.

Então, a ABCD começou a fazer um plano de aproximação, de inteligência com isso. Temos aterrissado de surpresa em algumas dessas provas. Queremos trabalhar nisso. Assim já fizemos, em certa ocasião, com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, mostrando ao Comitê de Patrocínios a importância de que decisões de patrocínio para entidades, campeonatos, atletas, eventos, ou o que seja, levem em consideração se aquela entidade cumpre os preceitos necessários da luta contra a dopagem, senão nós estaremos perdendo uma oportunidade muito grande de fechar essa porta aos que querem fraudar o esporte.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Prof. Marco Aurelio.

Passo a palavra ao Prof. Francisco de Aquino.

**O SR. FRANCISCO RADLER DE AQUINO NETO** - Eu também gostaria de agradecer por esta oportunidade. É importante a universidade se abrir mais para a sociedade e mostrar que ela tem um papel a cumprir além da sua vocação principal de formação de recursos humanos. Ela tem conhecimento e competência para contribuir com essas iniciativas importantes para a sociedade brasileira. E para nós da universidade foi muito importante participar deste evento.

Um pouco na linha do que o Klein acabou de comentar a respeito de patrocínios — não sei se posso deixar isso como uma reflexão para esse modelo em



que, infelizmente, como tudo na vida, o dinheiro tem essa importância —, neste momento há realmente muitos casos de competições milionárias, com patrocínios milionários, com custos milionários de transmissão televisiva e, no entanto, as pessoas não querem pagar o controle de dopagem, que nesse contexto fica uma coisa diminuta. Ele é, como foi dito aqui, quase inalcançável para federações menos afortunadas, mas para outras não é. E aí talvez seja um mecanismo para obter o financiamento, estando o dinheiro mais disponível. Compensaria os que não têm essa possibilidade. Seria uma forma de popularizar, disseminar o controle de dopagem em todo o Brasil.

Muito obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Agradecemos a presença dos nossos convidados, dos Deputados e Deputadas que passaram por esta audiência, ainda que alguns não pudessem ficar.

Hoje nós temos aqui pelo menos uma dezena de atividades paralelas, por isso alguns membros desta Comissão não puderam vir. Há várias reuniões ocorrendo, entre elas a da Comissão que trata da medida provisória sobre o financiamento dos clubes de futebol.

Na minha opinião, esta audiência pública foi extremamente rica em informações para sabermos qual é o desafio que está colocado para o Brasil, além de remeter a esta Comissão um conjunto de responsabilidades, para respondermos a alguns desses desafios aqui identificados. Essa questão do patrocínio foi muito bem colocada aqui. Infelizmente, não a exploramos mais.

Nós já discutimos nesta Comissão, no ano passado, o episódio da Confederação Brasileira de Voleibol e seus escândalos. E para nós aqui, num português muito franco e muito aberto, o que ocorreu em termos de desvios, de manipulação e, eu diria, até de indícios muito claros de corrupção na Confederação Brasileira de Vôlei, gerando inclusive a ameaça do Banco do Brasil de retirar o patrocínio, não é uma situação específica da Confederação Brasileira de Vôlei. Sabemos que em razão desses mandatos eternos, quase vitalícios, e uma série de outras deformações que existem, acabam sendo preteridos investimentos importantes, absolutamente indispensáveis para a prática saudável do desporto, como é essa questão do controle de dopagem. Há uma inversão de valores: de um



lado, um gasto absolutamente descontrolado; de outro lado, uma carência absoluta de recursos para que se possa resolver um problema grave nesse sentido.

Agradeço ao Deputado João Derly, que esteve aqui comigo compartilhando essas inquietações. Agradeço, mais uma vez, a presença de todos e dou por encerrada esta audiência pública.